

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Ordinária

## **REUNIÃO DO DIA 21 DE JULHO DE 2015**

## 17:00 Horas

## **ORDEM DO DIA**

- **1.** Apreciação e votação das atas n.ºs 394, 395, 396 e 397, referentes às reuniões de 14, 15, 16 e 17 de julho, respetivamente.
- 2. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 333/XII/4.ª (GOV) Procede à sexta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e à segunda alteração à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que modifica os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública.
- 3. Ratificação das votações na especialidade, indiciárias, ocorridas em sede de Grupo de Trabalho, sobre o Projeto de Lei 846/XII/4.ª (BE) Alarga a obrigatoriedade de registo dos acionistas dos bancos à identificação dos beneficiários últimos das entidades que participem no seu capital.
- **4.** Ratificação das votações na especialidade, indiciárias, ocorridas em sede de Grupo de Trabalho, sobre o Projeto de Lei n.º 963/XII/4.ª (PS) Altera o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e o enquadramento legal do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, prevendo medidas especificas com vista ao reforço da estabilidade do sistema financeiro português.
- **5.** Ratificação das votações na especialidade, indiciárias, ocorridas em sede de Grupo de Trabalho, sobre a Proposta de Lei n.º 329/XII/4.ª (GOV) Aprova a Lei de Enquadramento Orçamental.
- **6.** Ratificação das votações na especialidade, indiciárias, ocorridas em sede de Grupo de Trabalho, sobre a Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV) Aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, transpondo a Diretiva n.º 2014/56/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, e assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do



Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público.

- 7. Apreciação da informação resultante da discussão conjunta, em Comissão, dos Projetos de Resolução n.ºs 1248/XII/4.ª (BE) Contra a privatização do serviço público de Transporte Fluvial no Tejo (Transtejo e Soflusa); 1254/XII/4.ª (PCP) Em defesa do caminho-de-ferro nacional pela reunificação e gestão integrada da ferrovia, contra a sua liquidação e desmembramento; 1300/XII/4.ª (BE) Defende o futuro da CP carga; 1501/XII/4.ª (PS) Recomenda ao Governo a suspensão das reprivatizações da CP Carga SA e EMEF SA; 1552/XII/4.ª (PCP) Pelo cancelamento das privatizações da EMEF e CP Carga.
- **8.** Apreciação da informação resultante da discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1310/XII/4.ª (BE) Fim das penhoras de habitação própria permanente.
- **9.** Apreciação da informação resultante da discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1564/XII/4.ª (PCP) Recomenda ao Governo o imediato depósito e publicação dos Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública.

10. Outros assuntos.